



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1 DE FEVEREIRO DE 1983

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1982

**Presidência Ministro
Jarbas Nobre**

I – Introdução:

Senhores Ministros:

Nos termos do disposto no art. 66, § 2º, da lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº35, de 14 de março de 1979) inicia-se hoje, dia 1º de fevereiro, o ano judiciário de 1983, quando o Tribunal Federal de recursos reinicia seus trabalhos judicantes com realização desta Sessão Plenária.

Cumpre-me, de acordo com o que determina o artigo 21, item XXXII, do Regimento Interno, apresentar ao Tribunal relatório circunstanciado dos trabalhos relativos ao ano decorrido.

As ações e metas desta presidência, no exercício de 1982, se direcionaram para o desenvolvimento integrado de suas áreas judicante e administrativa, visando à estreita harmonização das atividades-fim com as atividades-meio.

Neste sentido, na área judiciária, procurou utilizar-se das modernizações já introduzidas nas Secretarias do Tribunal, buscando consolidar o ideal de agilização do processo decisório de modo a oferecer àqueles que se socorrem da justiça uma resposta mais rápida e eficaz na composição de suas lides.

Não se conformou, entretanto, esta presidência com o aproveitamento e aperfeiçoamento das modernizações já introduzidas no

âmbito desta Corte, procurando entendê-las à Primeira Instância, através do reequipamento e melhoria das instalações da Justiça federal.

Procurou, ainda, realizar novas obras que constituíssem dotações capazes de suportar a célere demanda por justiça que assoma às portas desta Casa, com a consequente necessidade de recuperação rápida e precisa das informações dela decorrentes.

Exemplo disso são as adaptações na área do 1º subsolo do Edifício-Anexo do TFR, para as instalações dos Serviços de Processamento de Dados, em razão de convênio firmado com a DATAPREV:

a) adaptação de minicentral de ar condicionado existente no 1º subsolo, de forma a refrigerar a área com 01 TR, ou instalação de novo equipamento;

b) tratamento da área contra vibrações e ruídos produzidos pela central de ar condicionado do Edifício-Anexo;

c) instalação de piso elevado em placas soltas, revestido de paviflex ou similar, permitindo a passagem de cabos para a instalação do equipamento;

d) rebaixamento do teto com iluminação de 400 Lux;

e) redimensionamento e instalação de força para a área onde deverão ser instalados os equipamentos, com previsão de 15 KWA, independentemente das demais instalações.

Ressalte-se que o referido Convênio objetiva a obtenção de Assistência Técnica, compreendendo:

a) Serviços de Consultoria;

b) Suporte Educacional;

c) Suporte de Recursos Humanos;

d) Suporte de Recursos Materiais;

e) Desenvolvimento de Sistemas.

Na área administrativa, buscou soluções tendentes à realização de dois componentes básicos das aspirações pessoais dos funcionários desta casa – o crescimento funcional e a conquista da casa própria – mediante a adoção de um novo Regulamento de Promoções e assinatura de um novo Convênio Habitacional com a Caixa Econômica Federal.

Dito Convênio, assinado em 23.04.82, atingiu o montante de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) propiciando a habilitação de 175 (cento e cinco) servidores.

Todavia, não se restringiu apenas a isso, mas preocupando-se com a manutenção e conservação do ambiente físico e das aparelhagens, realizou obras que a seguir especifica:

1 - Execução de obras de adaptação do Edifício-Sede, no embasamento:

- a) adaptação de banheiro, sala de beca e serviço médico;
- b) privatização da área contígua ao jardim interno com separação visual das demais áreas;
- c) intercomunicação das salas da Taquigrafia;
- d) redimensionamento e aproveitamento do espaço interno da Taquigrafia com a instalação de divisórias.

2 – Retificação do sistema de som instalado na sobreloja do Edifício Sede.

3 – Realização de tratamento químico corretivo da água dos sistemas de ar condicionado dos Edifícios Sede e Anexo do TFR; e

4 – Contratação de serviços de manutenção preventiva dos respectivos sistemas.

Corolário, ainda, da Ação deste Presidência são as atividades a cargo da Assessoria de Relações Públicas no que concerne à divulgação do papel desta Corte, quanto à sua organização e competência, junto a seus servidores e às delegações jurídico-culturais, nacionais e internacionais, que nos visitam; à programação das solenidades do Tribunal e à promoção de uma maior integração funcional entre servidores através de jornal-mural, palestras, cursos e confraternizações.

Complementando essas atividades, a Assessoria de Imprensa empenhou-se no sentido de estabelecer um relacionamento de alto nível com o público, veiculando notícias de significativo conteúdo não só jurídico, mas também social que ressuma dos inúmeros feitos aqui julgados.

II – COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Antes de apresentar os itens referentes às especificações dos trabalhos judicantes relativos a 1982 e às atividades realizadas pelas várias Unidades da Secretaria, passo a nomear a atual composição deste Tribunal:

TRIBUNAL PLENO:

Ministro Jarbas dos Santos Nobre – Presidente

Ministro José Fernandes Dantas - Vice-presidente

Ministro Armando Leite Rollemberg

Ministro Inácio Moacir Catunda

Ministro Lauro Franco Leitão

Ministro Carlos Alberto Madeira

Ministro Evandro Gueiros Leite

Ministro Washington Bolivar de Brito

Ministro Antônio Torreão Braz

Ministro Carlos Mário da Silva Velloso

Ministro Otto Rocha

Ministro Wilson Gonçalves

Ministro William de Andrade Patterson

Ministro Adhemar Raymundo da Silva

Ministro Romildo Bueno de Souza

Ministro José Pereira de Paiva

Ministro Sebastião Alves dos Reis

Ministro Miguel Jerônimo Ferrante

Ministro José Cândido de Carvalho Filho

Ministro Pedro da Rocha Acioli

Ministro Américo Luz

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

Ministro Cid Flaquer Scartezzini

Ministro Jesus Costa. Lima

Ministro João César Leitão Krieger

Ministro Geraldo Barreto Sobral

Ministro (1)

PRIMEIRA SEÇÃO

Ministro José Fernandes Dantas – Presidente (2)

PRIMEIRA TURMA

Ministro Lauro Franco Leitão – Presidente

Ministro Otto Rocha

Ministro Jose Pereira de Paiva

Ministro João César Leitão Krieger

SEGUNDA TURMA

Ministro Evandro Gueiros Leite – Presidente

Ministro William de Andrade Patterson

Ministro José Cândido de Carvalho Filho

Ministro Jesus Costa Lima

TERCEIRA TURMA

Ministro Carlos Alberto Madeira - Presidente

Ministro Adhemar Raymundo da Silva

Ministro Cid Flaquer Scartezzini

Ministro (1)

(1) cargo vago em decorrência da aposentadoria, em 05.10.82, do Ministro Joaquim Justino Ribeiro e não provido até o final do exercício.

(2) Vice-Presidente do Tribunal e Presidente da Primeira Seção, onde tem, apenas, voto de qualidade (item I, § 1º, art. 22, do RI).

SEGUNDA SEÇÃO

Ministro Washington Bolivar de Brito – Presidente (3)

QUARTA TURMA

Ministro Armando Leite Rollemberg – Presidente

Ministro Carlos Mário da Silva Velloso

Ministro Romildo Bueno de Souza

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

QUINTA TURMA

Ministro Inácio Moacir Catunda – Presidente
 Ministro Sebastião Alves dos Reis
 Ministro Pedro da Rocha Acioli
 Ministro Geraldo Barreto Sobral

SEXTA TURMA

Ministro Antônio Torreeo Braz – Presidente
 Ministro Wilson Gonçalves
 Ministro Miguel Jerônimo Ferrante
 Ministro Américo Luz

(3) Corregedor-Geral da Justiça Federal de Primeira Instância e Presidente da Segunda Seção, onde tem, apenas, voto de qualidade. (item I, art. -23 do RI)III

III – ATIVIDADES JUDICANTES

Recepção, registro e autuação de processos pelo Tribunal	:	14.708
Crescimento anual registrado	:	108
Distribuição de processos pela Presidência do Tribunal	:	13.066
Redistribuição	:	722
Julgamentos realizados	:	15.258 (1)

Plenário :	165
1a. Seção:	345
1a. Turma:	1.823
2a. Turma:	2.141
3a. Turma:	1.915
2a. Seção:	147
4a. Turma:	2.245
5a. Turma:	2.404
6a. Turma:	2.410

Crescimento anual registrado	:	414
------------------------------	---	-----

<u>SESSÕES REALIZADAS</u>	:	572
---------------------------	---	-----

Plenário :	40
1a. Seção:	35
1a. Turma:	79
2a. Turma:	82
3a. Turma:	76
2a. Seção:	36
4a. Turma:	74
5a. Turma:	77
6a. Turma:	73

(1) Deste numero, 1.463 processos foram decididos com, base no art. 90, § 2º, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional

Acórdãos lavrados	:	13.580
Crescimento anual registrado	:	260
<u>RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS</u>		
Interpostos	:	5.248
Crescimento anual registrado	:	4.223
Despachos proferidos pela Presidência e Vice-Presidência	:	3.802
Admitidos	:	2.419
Denegados ou prejudicados	:	1.383
Crescimento anual registrado	:	2.779
Agravos interpostos para o STF	:	400
Crescimento anual registrado	:	33
<u>SUSPENSÕES DE SEGURANÇA</u>		
Decididas	:	107
Crescimento anual registrado	:	81

Em decorrência da atividade judicante deste Tribunal, a sua Assessoria de Jurisprudência fez um levantamento de toda a matéria constitucional decidida pelo Plenário da Corte no período de 1960/1982, assim como de todos os Incidentes de Uniformização de Jurisprudência aqui suscitados os quais foram catalogados.

A assessoria de Jurisprudência apresentou 30 projetos de súmulas que foram, posteriormente submetidos à apreciação dos órgãos competentes do tribunal.

Foram aprovados pelo Tribunal 23 enunciados de súmulas, totalizando, assim, 127 verbetes.

IV – SESSÕES – PLENÁRIO

Solenidade – homenagem prestada ao Sr. Ministro Álvaro Peçanha Martins, em 15.04.82, por motivo de sua aposentadoria.

Falaram, na oportunidade, o Sr. Ministro Jose cândido, **pelo Tribunal; os Srs. Dr. Geraldo Andrade** Ponteles, Subprocurador-Geral da República, representando o Ministério Público, e Dr. Josaphat Marinho, pela OAB-DF.

Solenidade - homenagem prestada ao Sr. Ministro Aldir Guimarães Passarinho, em 26.03.82, pela sua despedida **deste Tribunal, em virtude de haver sido nomeado para o STF.**

Nessa ocasião usaram da palavra:

O Sr. Ministro Jarbas Nobre, Presidente, congratulando-se com S.Exa. pela nomeação; o Sr. Ministro Gueiros Leite, em nome do Tribunal; o Dr. Geraldo Andrade Fonteles, Subprocurador-Geral da República e Dr. Alcino Guedes da Silva, pela OAB-DF.

Solenidade - homenagem prestada ao Sr. Ministro Joaquim Justino Ribeiro, em 07.10.82, em razão de sua aposentadoria.

Manifestaram-se, na ocasião, o Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, pelo Tribunal; pelo Ministério Público o Dr. Geraldo Andrade Fonteles e, pela OAB-DF., o Dr. Roberto Rosas.

Ao ensejo, o Exmo Sr. Ministro-Presidente entregou ao homenageado Medalha-prêmio com que o agraciou S. Exa. o Ministro de Estado da Justiça, por 50 anos de Serviços à Administração, concedida pela Portaria n. 0398, de 24 de maio de 1982, nos termos do Decreto n. 51.059, de 26 de julho de 1961; alterado pelos de n.ºs 55.249 de 21 de setembro de 1964 e 80.437, de 28 de setembro de 1977.

Solenidade - homenagem póstuma ao Ministro aposentado desta Corte, Vasco Henrique D'Ávila, por motivo de seu falecimento ocorrido em 03.12.82, no Rio de Janeiro.

Realizada no dia 17.12.82, nela enalteceu-se a figura do homenageado, nas palavras do Sr. Ministro Carlos Mario Velloso, pelo Tribunal e, nas palavras do Sr. Subprocurador-Geral Hélio Pinheiro da Silva e Luís Carlos Alvim Dusi, respectivamente em nome do Ministério Público e da OAB-DF.

Composição de lista tríplice - Eleição de Juizes Federais, em 16.04.82, visando ao preenchimento de cargo de Ministro deste Tribunal, vago em decorrência da aposentadoria de S.Exa. o Sr. Ministro Álvaro Peçanha Martins.

À vista dos resultados constantes dos primeiro, segundo e terceiro escrutínios, integraram a lista tríplice, em ordem de colocação, os Srs. Juizes Federais Drs. Francisco Dias Trindade, João César Leitão Krieger e Geraldo Barreto Sobral cujos nomes foram indicados ao Exmo. Sr. Presidente da República para fins de nomeação.

Composição de lista tríplice - Eleição de Juizes Federais, em 16.09.82, visando ao preenchimento de cargo de Ministro deste Tribunal, vago em decorrência da nomeação do Ministro Aldir Guimarães Passarinho para o Supremo Tribunal Federal.

Em face dos resultados constantes dos primeiro, segundo e terceiro escrutínios integraram a lista tríplice, em ordem de colocação, os Srs. Juizes Federais Drs. Francisco Dias Trindade, Geraldo Barreto Sobral e Milton Luiz Pereira cujos nomes foram indicados ao Exmo. Sr. Presidente da República, para fins de nomeação.

Solenidade - Posse do Sr. Ministro João César Leitão Krieger como Membro do Tribunal, ocorrida em 1º.09.82.

Solenidade - Posse do Sr. Ministro Geraldo Barreto Sobral como Membro do Tribunal, ocorrida em 16.12.82.

Eleição - Vice-Presidente do Tribunal Federal de Recursos - Escolha do Sr. Ministro José Fernandes Dantas para o cargo de Vice-Presidente deste Tribunal, no dia 09.09.82, em vaga decorrente da nomeação do Sr. Ministro Aldir Guimarães Passarinho para o Supremo Tribunal Federal.

Eleição - Membro-Suplente da Justiça Federal - Escolha, em 07.10.82, do Sr. Ministro William de Andrade Patterson para o cargo de Suplente do Conselho da Justiça Federal, em razão da aposentadoria do Sr. Ministro Joaquim Justino Ribeiro.

Eleição de Juizes Federais - Membros efetivos e suplentes dos Tribunais Regionais Eleitorais - Escolha dos Juizes Federais abaixo relacionados, Para o biênio 1 982/1 984, nas sessões realizadas nos dias 18 de março; 15 de abril e 17 de junho, para os Tribunais que se seguem.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Membro efetivo - Dr. Ubiray Luiz da Costa Terra.
Membro suplente - Dr. Eustáquio Nunes Silveira.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Membro efetivo - Dr. Mário Figueiredo Ferreira Mendes.
Membro suplente - Dra. Orlanda Luíza de Lima Ferreira.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Membro efetivo - Dr. Jirair Aram Megueriam.
Membro suplente - Dr. Jorge Octávio de Castro Miguez Figueiredo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Membro efetivo - Dr. João Batista de Oliveira Rocha
Membro suplente - Dr. Murat Valadares.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Membro efetivo - Dr. Jonas Nunes de Oliveira.
Membro suplente - Dr. Hélio Callado Caldeira.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

Membro efetivo - Dr. Jose Costa Filho.
Membro suplente - Dr. Jacy Garcia Vieira.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE

Membro efetivo - Dr. Jose de Castro Meira.

Membro suplente - Dr. Geral do Barreto Sobral.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Membro efetivo - Dr. Hervandil Fagundes.

Membro suplente - Dr. Osvaldo Moacir Alvarez.

REMOÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS – PEDIDOS

(Encaminhamento ao Poder Executivo)

Sessão de 11 de fevereiro de 1982

- Dr. Vicente Leal Araújo - Da 1a. Vara do Ceará para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Dr. Manoel Lauro Volkmer de Castilho - Da 3a. Vara do Paraná para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Dr. João Batista de Oliveira - Da Seção de Alagoas para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Dra. Anna Maria Pimentel Tristão - Da 7a. Vara da Seção de São Paulo para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

Sessão de 04 de março de 1982

- Dra. Célia Leite Salibe - Da 5a. Vara de São Paulo para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Sessão de 20 de Maio de 1982 –

- Dr. Jorge Octávio de Castro Miguez Figueiredo - Da Seção de Mato Grosso do Sul para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

- Dr. Antônio Carlos Nascimento Amado - Da 1a. Vara da Bahia para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

- Dr. João Grandino Rodas - Da 2a. Vara do Rio Grande do Sul para a Seção Judiciária de São Paulo.

- Dr. Antônio Vital Ramos de Vasconcelos - Da 5a. Vara do Rio de Janeiro para a Seção Judiciária de São Paulo.

Sessão de. 26 de agosto de 1982 –

- Dr. Olindo Herculano de Menezes - Da 1a. Vara de Pernambuco para a Seção Judiciária da Bahia.

- Dr. Jorge Octávio de Castro Miguez Figueiredo – Da Seção de Mato Grosso do Sul para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro

- Dr. Valmir Martins Peçanha - Da 4a. Vara do Rio Grande do Sul para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Sessão de 14 de outubro de 1982 –

- Dr. Vicente Leal Araújo - Da Seção do Ceará para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Dr. Manoel Lauro Volkmer de Castilho - Da 3a. Vara do Paraná para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Dr. Alcindo Noleto Rodrigues - Da 9a. Vara de São Paulo para a Seção Judiciária do Distrito Federal.



- Dr. Eustáquio Nunes Silveira - Da Seção do Amazonas para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Dr. João Batista de Oliveira Rocha - Da Seção de Alagoas para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Dr. Murat Valadares - Da Seção de Alagoas para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

- Dra. Orlanda Luiza de Lima Ferreira - Da Seção de Mato Grosso do Sul para a Seção Judiciária do Distrito Federal.

Sessão de 11 de novembro de 1982 -

- Dr. Valmir Martins Peçanha - Da 4a. Vara do Rio Grande do Sul para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Sessão de 11 de dezembro de 1982 -

Dr. Eustáquio Nunes Silveira - Da Seção do. Amazonas para a Seção Judiciária do Ceará.

V – SECRETARIAS – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. SECRETARIA DE INFORMÁTICA E DOCUMENTAÇÃO

1.1 - SUBSECRETARIA DE DIVULGAÇÃO

TIPO DE PUBLICAÇÃO	NºS PUBLICADOS E DISTRIBUÍDOS
1.1.1 - BOLETIM DE SERVIÇO	23
1.1.2 - BOLETIM DO T.F.R.	24
1.1.3 - EMENTÁRIO DO T.F.R.	08
1.1.4 - REVISTA DO T.F.R.	10

1.2 - SUBSECRETARIA DE ANÁLISE

1.2.1 - ACÓRDÃOS ANALISADOS, CATALOGADOS, INDEXADOS E INCLUÍDOS NO BANCO DE DADOS DO PRODAEN

1 980/1981	9.500
1 982	8.350
TOTAL ACUMULADO NO BANCO DE DADOS ..	17.850

1.3 - SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO

ATUAÇÃO	SUBTOTAL	TOTAL
1.3.1 - AQUISIÇÕES		
1.3.1.1 - LIVROS COMPRADOS	110	
1.3.1.2 - LIVROS DOADOS	166	276
1.3.1.3 - FASCÍCULOS DE PE RIÓDICOS REGIS - TRADOS	3.498	3.774
1.3.2 - PESQUISAS		
1.3.2 - PESQUISAS		
1.3.2.1 - NA BIBLIOTECA (EM GERAL)	13.662	
1.3.2.2 - DOCTRINA		
1.3.2.2.1 - POSITIVAS	3.565	
1.3.2.2.2 - NEGATIVAS	167	3.732
1.3.2.3 - JURISPRUDÊNCIA		
1.3.2.3.1 - FICHÁRIOS DA DO CUMENTAÇÃO		
- POSITIVAS	2.446	
- NEGATIVAS	120	2.566
1.3.2.3.2 - TERMINAL DO PRO DASEN		
- POSITIVAS	3.218	
- NEGATIVAS	295	3.513
1.3.2.3.3 - LEGISLAÇÃO		
- POSITIVAS	3.671	
- NEGATIVAS	180	3.851
1.3.3 - RESTAURAÇÕES E ENCADER- NAÇÕES		
1.3.3.1 - RESTAURAÇÕES	33	
1.3.3.2 - ENCADERNAÇÕES (LI VROS)	49	
ENCADERNAÇÕES (PE RIÓDICOS)	590	672
1.3.3.3 - PLASTIFICAÇÕES	8.184	8.184
1.3.4 - CATALOGAÇÕES		
- LIVROS, FOLHETOS, SEPA- RATAS	283	
1.3.5 - CLASSIFICAÇÕES		
- LIVROS, FOLHETOS, SEPA- RATAS	324	
1.3.6 - REGISTROS		
- LIVROS, FOLHETOS, SEPA RATAS	319	

1.3.7 - ANÁLISE DE PERIÓDICOS (ARTIGOS)	3.888	
1.3.8 - PREPARAÇÃO DE PERIÓDICOS	1.130	
1.3.9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	529	
1.3.10- REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS - ANÁLISE DO <u>DJ</u> e <u>DO</u>	1.077	
1.3.11- RESPOSTAS LISTAS DE <u>DU</u> PLICATAS - SELEÇÃO DE OBRAS, ITENS	4.777	
1.3.12- INDEXAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA CIA - FICHÁRIO	11.172	
1.3.13- BOLETIM BIBLIOGRÁFICO - BIBLIOGRAFIAS	733	
1.3.14- EMPRÉSTIMOS	2.652	
1.3.15- ARQUIVO		
1.3.15.1 - REGISTRO DE <u>PROCES</u> SOS - NOVOS	1.187	
- VELHOS	15.946	17.133
1.3.15.2 - EMPRÉSTIMOS - POSITIVO	212	
- NEGATIVO	5	217
1.3.15.3 - DATILOGRAFIA DE <u>FI</u> CHAS DE PROCESSOS		17.133
1.3.15.4 - ALFABETAÇÃO		17.133
1.3.16- JURISPRUDÊNCIA		
1.3.16.1 - REGISTRO DE <u>ACÓR</u> DÃO NO KARDEX		97.233
1.3.16.2 - FICHAMENTO DE <u>ACÓR</u> DÃO		15.643
1.3.16.3 - ATENDIMENTOS		7.265
1.3.16.4 - ACÓRDÃO PEDIDOS		16.530
1.3.16.5 - CONFERÊNCIA DE <u>ÍNDI</u> CES - NOVO		3.153
- VELHO		93.023
- COM <u>DJ</u>		11.602
- COM <u>ATAS</u>		97.986

- DOS VOLUMES	VOLTA	
DOS		554
- DE FLS. P/FLS.	DOS	
ACÓRDÃOS		107.463
1.3.16.6 - CONFECÇÃO DE	ÍNDI	
CES		4.574
1.3.16.7 - RECEBIMENTO SEMANAL		
DE ACÓRDÃOS		13.994
1.3.16.8 - REPROGRAFIA (CÓPIAS)		477.826
1.3.16.9 - EMOLUMENTOS		
- CÓPIAS XEROGRÁFICAS	Cr\$	1.089.511,
1.3.17 - ACÓRDÃOS ENCADERNADOS		
- Nº DE VOLUMES	1.623	
- Nº DE AUDIÊNCIAS	787	
- Nº DE ACÓRDÃOS		106.036
1.3.18 - PROCESSOS ARQUIVADOS		
- MS	5.536	
- HC	3.848	
- RCR	333	
- AR	481	
- SS	2.132	
- RR	389	
- CC	612	13.331

2. - SECRETARIA ADMINISTRATIVA

1.1 - SUBSECRETARIA DE PESSOAL

2.1.1 - INGRESSOS E EXONERAÇÕES

Incrementando os recursos humanos da Secretaria do TFR, passaram a pertencer ao quadro de pessoal efetivo 71(setenta e um) servidores distribuídos por várias categorias funcionais.

Em contrapartida, saíram do referido quadro 33, (trinta e três) outros servidores, por motivo de aposentadoria e outros.

Tais eventos, normais em quaisquer quadros de pessoal, ficaram registrados da seguinte forma:

CATEGORIA	INGRESSO	SAÍDA	MOTIVO
Técnico Judiciário	03	06	05 - aposentadoria 01 - exoneração
Auxiliar Judiciário	07	08	01 - aposentadoria 07 - exoneração
Atendente Judiciário	09	03	01 - aposentadoria 02 - exoneração
Agente de Segurança Judiciário	11	03	01 - aposentadoria 02 - exoneração
Agente de Portaria	40	07	07 - exoneração
Agente Operacional de Telecomunicações e Eletricidade	01	01	01 - exoneração
Agente Administrativo	-	03	02 - aposentadoria 01 - exoneração

2.1.2 – PROMOÇÕES

A promoção no âmbito da Secretaria do TFR decorre da avaliação de desempenho, a qual resulta do julgamento da chefia e da apuração dos elementos averbados nos assentamentos do servidor, tendo em vista, particularmente, a sua atuação em relação ao grupo de trabalho e o seu comportamento funcional individual. Assim, em novembro, com base no Ato nº 1, de 1979, foi realizada a primeira promoção de 1982, ocasião em que 325 (trezentos e vinte e cinco) servidores, mais de 50% (cinquenta por cento) dos concorrentes, obtiveram uma melhoria funcional (progressão, ascensão ou movimentação de referência) representando um aumento de 5% (cinco por cento) em sua remuneração.

Dos 782 (setecentos e oitenta e dois) servidores do Quadro de Pessoal, não participaram do processo seletivo 141 (cento e quarenta e um) por já terem atingido o ápice da carreira, não tendo, pois, perspectiva de promoção na conjuntura do atual sistema do Plano de Classificação de Cargos. Desses 141 (cento e quarenta e um) 25% (vinte e cinco por cento) têm menos de 20 (vinte) anos de serviço público.

Ainda no tocante a promoção, é de se registrar que o Conselho de Administração, em Sessão de 29 de novembro apreciando o Processo P. n.48/81, Relator o Exmo. Sr. Ministro JOSE DANTAS, proferiu decisão no sentido da fixação de novo Regulamento de Progressões, Ascensões Funcionais e Movimentação de Referências, no âmbito desta corte.

Pontos básicos do novo regulamento:

a) elaboração de nova FICHA DE AVALIAÇÃO destinada à verificação do desempenho funcional dos servidores;

b) concessão da Progressão Funcional pelos critérios de antiguidade e merecimento;

c) estabelecimento de novas linhas promocionais dentro do Quadro de Pessoal do TFR;

d) definição de novas frações de vagas, em quase todas as Categorias Funcionais, para preenchimento por Concurso Público, Progressão e Ascensão Funcional;

e) otimização da Progressão Horizontal pelo posicionamento do servidor, anualmente, na referência imediatamente superior àquela em que se encontrar dentro da respectiva Classe, desde que o mesmo obtenha 50% dos pontos relativos à FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

A modificação decorreu de proposição da Secretaria com o escopo de ajustar nosso regulamento às modernizações da sistemática vigente no serviço público em geral, bem como de corrigir algumas falhas ou omissões julgadas oportunas, baseada na experiência já adquirida com a aplicação do Regulamento de que trata o Ato Regulamentar em vigor desde 1979.

2.1.3 - REESTRUTURAÇÕES NO QUADRO E TABELAS DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Buscando suprir as necessidades de pessoal na área de segurança e transporte, decidiu o Conselho de Administração, em Sessão de 15 de março de 1982, modificar, sem alteração do número global de cargos e empregos, a lotação numérica geral fixada pelo Ato nº 19, de 11 de outubro de 1977, a fim de proceder à inclusão de 5 (cinco) cargos vagos na Categoria Funcional de Agente de Segurança Judiciária, de: 'Grupo Apoio Judiciário, a qual passou de 56 cargos (cinquenta e seis), para 61 (sessenta e um), e à exclusão de 1 (um) Técnico em Comunicação Social, 2 (dois) de Agente Administrativo, 1 (um) de Artífice de Mecânica e 1 (um) de Artífice de Eletricidade e Comunicações. A mesma providência foi adotada quanto à Categoria de Agente de Portaria a qual foi acrescida de 34 (trinta e quatro) novos empregos, totalizando atualmente 95 (noventa e cinco), mediante a exclusão de igual número das Categorias de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e artífice (dezessete de cada urna delas) os quais se encontravam vagos e ociosos.

A tabela de gratificação de Representação sofreu profundas alterações, por sugestão da Secretaria Administrativa, com o intuito de otimizar os serviços pertinentes aos Gabinetes de Ministros, Presidência e Secretarias, além de ajustar tecnicamente as funções que integram as referidas unidades. Assim, em 26 de março decidiu o Conselho de Administração extinguir as

funções de Secretário Executivo de Gabinete, do Grupo DAI, e criar 28 (vinte e oito) funções na, tabela de Representação de Gabinete. Posteriormente, a 29 de novembro, a referida tabela de Representação passou a ser constituída de mais 21 (vinte e uma) funções de Auxiliar 11, destinadas aos serviços de condução de veículos, atendimento de carros-reserva, plantões e serviços externos.

De acordo com o Ato nº 214, de 11 de junho, a Taquigrafia teve o número de seus revisores-chefes aumentado para 19, com o objetivo de exercerem a coordenação, orientação e acompanhamento dos trabalhos taquigráficos durante as sessões de julgamento.

Dos cargos de Assessor Judiciário, criados pela Lei nº 6.005/73 e Decreto-lei nº 1.573/77, 01 (um) foi transformado em cargo de Direção Superior e 07 (sete) outros foram destinados às áreas de atuação abaixo especificadas, segundo as necessidades do Tribunal:

- Arquitetura e Engenharia Civil (1)
- Modernização Administrativa (1)
- Inspeções e Correições-Gerais junto à Corregedoria-Geral da Justiça Federal (3)
- Jurisprudência (1)
- Orçamento, Finanças e Requisitório de Pagamentos (1)

2.1.4 - QUADRO DE PESSOAL

No pertinente ao Quadro de Pessoal, cabe ser mencionada a Mensagem nº 1/82, encaminhada à Câmara dos Deputados, após decisão desta Corte, em Sessão Plenária, com proposta de criação de cargos no Quadro Permanente da Secretaria do TFR, tudo com vista à introdução das técnicas de trabalho pertinentes à computação eletrônica e à racionalização dos serviços judiciários e administrativos.

2.1.5 - ESTABILIDADE FINANCEIRA

Com respaldo em decisões do Conselho de Administração tomadas nos Processos P. 335/81, 700/82 e 722/82, versando, respectivamente, sobre contagem do exercício de cargos e funções enumerados na Lei nº 6.732/79 a partir do primeiro provimento, cômputo do

tempo de serviço remunerado por Representação de Gabinete para integralizar interstício legal com vistas à absorção da vantagem prevista na Lei nº 6.732/79 e pagamento dos quintos à base do cargo ou função de maior padrão exercida pelo servidor após os 05 (cinco) anos de carência, mais de 150 (cento e cinquenta) servidores incorporaram aos vencimentos de seus cargos efetivos uma média de 4/5 (quatro quintos) das parcelas quádruplas previstas na lei acima referida.

2.1.6 – MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Concretizando a meta de que os serviços administrativos devem ser mais descentralizados, com vista a levar a bom termo os propósitos de cada unidade e, em decorrência, administrar de maneira mais célere, várias medidas foram tomadas, tais como:

- destinação de um cargo de assessoramento para a área da modernização administrativa, cujo ocupante, entre outras, tem a atribuição de analisar, periodicamente, a organização e o funcionamento dos serviços e atividades da Secretaria com o objetivo de sugerir modificações, propor medidas tendentes a aumentar a eficiência dos trabalhos administrativos e incrementar programas de atualização, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

- delegação de competência, na área de administração de pessoal, à Diretoria-Geral, Secretaria Administrativa e Subsecretaria de Pessoal, com inspiração nos princípios da "simplicidade" e da "confiança", permitindo a descentralização das decisões e a correspondente execução instantânea de atos relativos a: admissão de servidores para empregos permanentes, designação de titulares e substitutos para funções de Direção ou Assistência Intermediárias, posses, dispensas a pedido, licenças, afastamento de servidores para participar de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, abertura de concursos, averbação de tempo de serviço, lotação de servidores, transcrição de documentos nos assentamentos funcionais, assinatura de contrato de trabalho, anotações em carteiras profissionais, concessão de salário-família e abonos pecuniários.

2.1.1 - DECISÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 08 (oito) Sessões Administrativas em 1982 o Conselho de Administração do Tribunal realizou e examinou 27 (vinte e sete) processos referentes a vários assuntos de interesse dos servidores desta Corte, os quais receberam pareceres da Subsecretaria de Pessoal.

Dentre as deliberações do Conselho, merecem desta que, a par de tantas outras decisões para-normativas, essenciais à formação da jurisprudência administrativa, aquelas pertinentes:

- ao gozo da licença especial com a percepção da gratificação de Representação de Gabinete (Proc. P.543/82);

- à reestruturação da função de Secretário Executivo; e

- a estabilidade financeira de que trata a Lei nº 6.732/79, definindo os seguintes aspectos:

- a) fixação da data do primeiro provimento cargos e funções de confiança como sendo o marco temporal para o início da contagem do tempo de serviço com vista à percepção da vantagem pessoal prevista na Lei supracitada;

- b) cômputo do tempo de serviço remunerado por Representação de Gabinete para integralizar o prazo de carência legal necessário à incorporação da vantagem acima proferida;

- c) incidência do cálculo das parcelas quádruplas sobre o cargo ou função de maior padrão, dentro daqueles exercidos pelo servidor, após os 05 (cinco) anos de coerência.

2.1. 8 - ATIVIDADES DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

- a) CURSOS PROMOVIDOS:

- Pelo **TFR**: 05 (cinco)

- Participantes: 219

- Horas-aula: 331

- Pela **FUNCEP**: 01 (um)

- Servidores do TFR inscritos: 14

- Horas-aula: 736

- b) CONCURSO INTERNO:

- Nº de Concursos: 2 e

- Nº de Participantes: 53.

c) CONCURSO EXTERNO:

- Nº de Concursos: 1

- Nº de Participantes: 505

2.2 - SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

O Orçamento Geral da União para o ano financeiro de 1 982, aprovado pela Lei n. 6.962, de 7 de dezembro de 1981, fixou a despesa do Tribunal em Cr\$ 1.196.810.000,00 (hum bilhão, cento e noventa e seis milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros), conforme discriminação do quadro de detalhamento da despesa, publicado no Suplemento do Diário Oficial nº 114, de dezembro de 1981.

Por força do Decreto-lei nº 1.909/81 que estabeleceu uma contenção de despesas na ordem de 12% da dotação fixada na Lei n. 6.982/81, equivalente a Cr\$ 42.433.000,00 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil cruzeiros), restou-nos Cr\$ 1.154.377.000,00 (hum bilhão, cento e cinquenta e quatro milhões, trezentos e setenta e sete mil cruzeiros) para atender às despesas em 1982.

No decorrer do exercício, foram introduzidas alterações na dotação consignada inicialmente, mediante abertura de créditos adicionais, de conformidade com os decretos citados neste relatório, os quais atingiram o montante de Cr\$ 843.473.000,00 (oitocentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e setenta e três mil cruzeiros).

Assim, foram incorporados ao orçamento do Tribunal durante o exercício, créditos suplementares no valor de Cr\$ 843.473.000,00 (oitocentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e setenta e três mil cruzeiros), dos quais Cr\$ 778.343.000,00 (setecentos e setenta e oito milhões, trezentos e quarenta e três mil cruzeiros), foram destinados a suplementar as dotações de Pessoal Ativo e Inativo, em decorrência da majoração de Vencimentos, Salários e Proventos, e os Cr\$ 65.130.000,00 (sessenta e cinco milhões, cento e trinta mil cruzeiros) restantes foram utilizados como reforço às dotações destinadas à aquisição de material de consumo, a contratação de prestação de serviços de terceiros, e à liquidação de despesas com Pessoal Ativo e Inativo, consignadas no elemento "Despesas de Exercício Anteriores".

Considerando os créditos suplementares abertos no exercício, a despesa total autorizada e consignada no subanexo 05.00 - Tribunal Federal

de Recursos - se elevou à Cr\$ 1.997.850.000,00 (hum bilhão, novecentos e noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), assim demonstrada:

Despesa Fixada na Lei nº 6.962/81	Cr\$ 1.196.810.000,00
Contenção de Despesa - Decreto-lei nº 1 909/81	(-) Cr\$ 42.433.000,00
Créditos Suplementares.....	Cr\$ 843.473.000,00
DESPESA TOTAL AUTORIZADA	Cr\$ 1.997.850.000,00

Por outro lado, foram transferidos ao Tribunal, através de destaques de créditos provenientes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, e do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, créditos que globalizam Cr\$ 1.046.035.000,00 (hum bilhão, quarenta e seis milhões, trinta e cinco mil cruzeiros, consignados no subanexo 28.00 - Encargos Gerais da União, sendo que, desses créditos o da SEPLAN, no valor de Cr\$ 1.010.335.000,00 (hum bilhão, dez milhões, trezentos e trinta e cinco mil cruzeiros), foi empregado na execução de Sentenças Judiciais contra a União e o do DASP, na importância de Cr\$ 35.700.000,00 (trinta e cinco milhões, setecentos mil cruzeiros) foi destinado a atender às reformas, adaptações e recuperações do edifício-sede desta Corte de Justiça, em decorrência da reforma do Poder Judiciário prescrita pela Emenda Constitucional nº 07/77, e pela Lei Complementar nº 035/79.

Computada a dotação acima mencionada, o total dos créditos disponíveis sob a gestão do Tribunal, no exercício financeiro de 1982, atingiu a soma de Cr\$ 3.043.885.000,00 (três bilhões, quarenta e três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), assim desdobrada:

Tribunal Federal de Recursos	Cr\$ 1.997.850.000,00
Rec. sob a supervisão da SEPLAN	Cr\$ 1.010.335.000,00
Rec. sob a supervisão do DASP	Cr\$ 35.700.000,00
T O T A L	Cr\$ 3.043.885.000,00

A despesa, realizada à conta de créditos orçamentários em 1982, totalizou Cr\$ 2.957.850.618,18 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta mil, seiscentos e dezoito cruzeiros e dezoito centavos) e, neste total, incluíram-se as despesas efetivamente pagas, da ordem de Cr\$ 2.932.821.752,97 (dois bilhões, novecentos e trinta e dois

milhões, oitocentos e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e dois cruzeiros e noventa e sete centavos), bem como os compromissos inscritos em "Restos a Pagar", no valor de Cr\$ 25.028.865,21 (vinte e cinco milhões, vinte oito mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros e vinte um centavos).

Por conseguinte, a execução orçamentária da despesa apresentou o seguinte quadro:

	DESPESA PAGA	RESTOS A PAGAR	T O T A L
T.F.R.	1.970.749.019,22	6.841.817,27	1.977.590.836,49
SEPLAN	936.870.414,58	5.261.994,21	942.132.408,79
DASP	25.202.319,17	12.925.053,73	38.127.372,90
T O T A I S	2.932.821.752,97	25.028.865,21	2.957.850.618,18

No final do exercício, o saldo dos créditos disponíveis que corresponde aos recursos recebidos e não utilizados, totalizou Cr\$ 12.613.124,03 (doze milhões, seiscentos e treze mil, cento e vinte e quatro cruzeiros e três centavos), conforme discriminação abaixo:

Créditos Orçamentários e Suplementares

Pessoal Ativo e Inativo	7.914.298,35	
Outros Custeios e Capital	4.618.932,43	12.533.230,78

Encargos Gerais da União

Recursos sob supervisão da SEPLAN		
Sentenças Judiciais	16.932,42	
Recursos sob supervisão do DASP	62.960,83	12.613.124,03

No que concerne às despesas extra-orçamentárias, destacam-se as classificadas em "Restos a Pagar", inscritas no ano de 1982, correspondentes ao exercício de 1981 e à reinscrição das sentenças judiciais, relativas a 1980, perfazendo um total de Cr\$ 51.170.002,64 (cinquenta e um milhões, cento e setenta mil, dois cruzeiros e sessenta e quatro centavos) dos quais foram cancelados Cr\$ 1.976.645,25 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros e vinte e cinco centavos) durante o exercício de 1982 e Cr\$ 24.164.492,18 (vinte e quatro milhões, cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros e dezoito centavos) por força do Decreto-lei nº 1.815, de 10 de dezembro de 1980, sendo efetivamente executados Cr\$ 25.028.865,21 (vinte e cinco milhões, vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros e vinte um centavos).

mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros e vinte e um centavos), conforme especificação abaixo:

INSCRITOS EM 1 982	CANCELADOS NO EXERCÍCIO	CANCELADOS D.L. 1.815/80	EXECUTADOS	TOTAL
51.170.002,64	1.976.645,25	24.164.492,18	25.028.865,21	51.170.002,64

Os recursos financeiros colocados à disposição do Tribunal alcançaram, em 1982, a cifra de Cr\$.3.073.885.000,00 (três bilhões, setenta e três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) a saber:

"Comissão de Programação Financeira"	
Cotas de Despesas - Liberação Orçamentária	Cr\$ 1.997.850.000,00
Ordem de Transferência de Recursos - Restos a Pagar	Cr\$ 30.000.000,00
"Sec. de Planejamento da Presidência da República"	
Repasses - Liberação para Sentenças	Cr\$ 1.010.335.000,00
"Departamento Administrativo do Serviço Público"	
Repasses - Liberações de Recursos	Cr\$ 35.700.000,00
TOTAL RECEBIDO	Cr\$ 3.073.885.000,00

Além dos recursos acima indicados, foi colocada à disposição desta Corte de Justiça a importância de Cr\$ 666.522.732,32 (seiscentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e trinta e dois cruzeiros e trinta e dois centavos), oriunda das Autarquias Federais, dos Estados-Membros e dos Municípios, para liquidação e pagamento dos Precatórios, de acordo com o art. 117 e seus parágrafos da Constituição Federal. Por sua vez, foi executado pagamento na ordem de Cr\$ 530.607.015,98 (quinhentos e trinta milhões, seiscentos e sete mil, quinze cruzeiros e noventa e oito centavos), permanecendo, ainda, um saldo de Cr\$ 135.915.716,34 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e quinze mil, setecentos e dezesseis cruzeiros e trinta e quatro centavos), à disposição das partes, para efetiva liquidação e pagamento de precatórios no exercício de 1983.

Refletindo o objetivo da Administração em estabelecer uma maior agilização no atendimento às partes, a Assessoria de Orçamento, Finanças e Requisitório de Pagamentos realizou o levantamento de todos os precatórios chegados a este Tribunal, em nº de 8.195, dos quais evidenciaram-se aqueles relativos a Restos a Pagar e os Orçamentários, que deram origem à abertura de Crédito Suplementar. Tal levantamento ensejou, ainda, a revisão de todas as fichas dos precatórios decididos e pendentes.

2.3 - SUBSECRETARIA DE MATERIAL E PATRIMONIO

Dentre as atividades realizadas pela Subsecretaria Material e Patrimônio destacam-se:

- elaboração de "Demonstrativo da despesa" realizada no triênio 1980/1982;
- cotejo das despesas CORRENTES e da CAPITAL ocorridas no triênio de 1980/1982;
- levantamento das despesas com contratos médicos em 1982 e
- constituição de Comissão de Inventário, Avaliação e Baixa de Material com o objetivo de efetuar o levantamento físico de diversos materiais permanentes inservíveis, de recuperação onerosa e sem matéria-prima aproveitável, estocados no depósito e sem destinação, para posterior alienação pelo procedimentos próprios, visto tratar-se de material considerado sucata.

Numa primeira etapa, realizou-se a Tomada de Preços nº 1, oportunidade em que foram alienados diversos equipamentos e materiais permanentes, num total de 24 lotes, propiciando uma arrecadação de Cr\$ 574.440,00 (quinhentos e se tenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros) contra um gasto de apenas Cr\$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos cruzeiros) com divulgação; numa segunda etapa, pois na primeira não foi possível alienar todo material, expediu-se Carta-Convite, relativa aos 7 (sete) últimos lotes que foram vendidos por Cr\$ 428.740,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e quarenta cruzeiros) sem nenhuma despesa, já que não foi necessária nova divulgação, de acordo com a legislação pertinente, totalizando toda a operação

Cr\$ 1.003.180,00 (hum milhão, três mil, cento e oitenta cruzeiros)

ALIENAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS			
MODALIDADE	QUANTIDADE DE LOTES/MAT.	VALOR	CR\$
T.P. nº 01/82	24 - Div. Equip. e Mat.	574.440,00	
C.C. nº 01/82	07 - Div. Equip. e Mat.	428.740,00	
TOTAL ARRECADADO		1.003.180,00	

conforme demonstrativo abaixo:

Há de se esclarecer que os lotes foram formados por quantidades e valores diferentes, conforme critério adotado pelo Presidente da Comissão.

Além de todo material alienado, também foram relacionados, para baixa, aqueles considerados inservíveis, sem matéria-prima aproveitável.

Concluídos os trabalhos da Comissão, a Seção de Patrimônio procedeu ao levantamento físico e à conferência de todos os bens patrimoniais, bem como ao emplaquetamento e reemplaquetamento de móveis e equipamentos.

A seguir, através dos quadros abaixo, é possível verificar o montante em cruzeiros, da variação patrimonial e, em seguida, essa mesma

BENS PATRIMONIAIS	
INCORPORADOS	Cr\$ 32.413.737,07
DADO BAIXA	

variação por grupo.

Do valor total do montante incorporado, Cr\$ 70.366,00 (setenta mil, trezentos e sessenta e seis cruzeiros) referem-se à doação de bens do Supremo Tribunal Federal.

VALOR DOS BENS TOMBADOS POR GRUPO				
MOBILIÁRIO EM GERAL	VEÍCULOS	EQUIPAMENTOS DIVERSOS	BIBLIOTECA	OUTROS BENS MÓVEIS
10.520.260,17	7.931.367,00	6.183.966,05	674.937,00	7.103.206,85
VALOR DOS BENS - BAIXA POR GRUPO				
405.540,52	1.299.099,00	232.986,97	-	157.967,27

2.3.1 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SEÇÕES E SETORES DA SUBSECRETARIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Requisições atendidas pelo Almoxarifado

DISCRIMINAÇÃO	1 980	1 981	1 982
MATERIAL DE CONSUMO	3.899	4.336	3.359
EQUIP. E MAT. PERMANENTE	457	644	540

Representação em cruzeiros das quantidades de materiais de consumo e permanentes movimentados pela Seção de Processamento de Compras:

	MAT.DE CONSUMO	MAT. PERMANENTE
ENTRADA	96.659.012,46	33.239.173,77
SAÍDA	75.783.912,68	32.413.737,07

Desempenho da Seção de Compras no que tange à despesa, por itens considerados de maior relevância quanto ao valor individual, e no que diz respeito a todas as aquisições realizadas no período.

- MATERIAL DE CONSUMO

Cr\$ 1.00

ITEM	E S P E C I F I C A Ç Ã O	V A L O R
02.00	Impressos, art.expediente	15.700.000,00
05.00	Combustível e lubrificantes	22.775.000,00
06.00	Mat. e acessórios de máq.e viat.	16.884.184,00
17.00	Vestuário e uniformes	5.951.000,00

- OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS

02.00	Enérgia elétrica e gás	33.500.000,00
06.00	Desp.Cond.(taxa cons.e manut.)	14.000.000,00
08.00	Passagens aéreas	6.600.000,00
09.00	Transp.de pessoas(funcionários)	20.708.000,00
10.00	Conserv.adaptação de mōv. e imóv.	13.683.000,00
12.00	Serviço de asseio e higiene	27.287.000,00
24.00	Outros Serviços e encargos	47.580.000,00

- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Cr\$ 1.00

ITEM	E S P E C I F I C A Ç Ã O	V A L O R
01.00	Automôveis, aeronaves e outros	7.931.000,00
03.00	Máquinas, mot. e aparelhos	8.958.000,00
14.00	Mobiliário em geral	9.343.000,00

Na rubrica acima, consta a aquisição de 4 (quatro) novos automóveis para incorporação à frota existente, sendo 1 (um) Galaxie, 2 (dois) Fiats modelo Panorama, 1 (um) Pick Up, modelo Standard, da Chevrolet.

Durante o ano de 1982, foram celebrados pelo Tribunal 9 (nove) novos contratos de diversas naturezas, 1 (um) Convênio e um aditamento a Convênio, com as seguintes destinações:

CONTRATOS

- prestação de serviços na área médica (4);
- alocação de máquinas fotocopiadoras (1);
- prestação de assistência técnica e manutenção de equipamentos e material permanente (4);

CONVÊNIOS

- aproveitamento de menores na faixa etária de 14 a 17 anos, mediante Convênio com a Fundação do Serviço Social (1) e
- realização de obras de reparo, ampliação e reforma do Tribunal, mediante aditamento ao Convênio já firmado com a NOVACAP.

2.4 - SUBSECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS

A Subsecretaria de Serviços Gerais, no âmbito de sua área de competência, mediante a atuação de suas Seções e Setores, desempenhou-se satisfatoriamente, no exercício de atividades inerentes a apoio administrativo, transporte e oficina, recuperação e conservação, portaria e vigilância e segurança.

3. SERVIÇO DE SAÚDE - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Serviço Médico, reflexo das preocupações da Presidência em estabelecer uma política que vise a uma melhoria das condições de saúde e trabalho dos servidores do Tribunal, vem prestando àqueles que se socorrem de seus serviços um atendimento não só no que diz respeito ao encaminhamento dos servidores as várias especialidades de que o Serviço dispõe, inclusive através de Convênios, mas também pelos diversos Cursos e Palestras que vem ministrando, relacionados com Medicina Preventiva, conforme demonstra o quadro abaixo:

3.1 – ATENDIMENTOS

E S P E C I A L I D A D E S	QUANTIDADE
Clínica Médica	6.278
Ginecologia	3.113
Pediatria	3.523
Serviço Social	1.618
Psicologia	1.250
Odontologia	2.560 *
	9.702 **
Convênios (outras especialidades e exames)	7.433
Enfermagem	5.421
Atendimentos Domiciliares	486

* Pessoas atendidas

** Trabalhos executados

3.2 - Cursos Integrados de Orientação do Serviço de Saúde para os usuários do TFR - 6 (seis).

3.3 - Comemoração do Dia Mundial da Saúde - 07 de abril de 1982, precedido de 3 (três) palestras alusivas ao Ano Internacional do Idoso.

Isto posto, senhores ministros, resta a esta Presidência apresentar seus agradecimentos a todos e a cada qual que, em suas áreas de atuação, emprestaram valiosa colaboração no sentido de tornar esta Administração eficaz, no exercício ora relatado, alçando-a, por todos os meios e modos, à altura das responsabilidades inerentes à Corte.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE